



GEOGRAFIA AGRÁRIA CRÍTICA E PESQUISA MILITANTE: APONTAMENTOS TEÓRICO-METODOLÓGICOS

Estevan Coca ¹
Gabriela Taíse Poiati Xavier ²
Marcos Vinícius Bertachi ³

Resumo

Nos últimos anos tem sido crescente a adoção da pesquisa militante como forma de articular a produção do conhecimento com a luta social. Nesse trabalho trazemos alguns apontamentos teórico-metodológicos sobre a adoção da pesquisa militante na Geografia Agrária Crítica. Demonstramos que a pesquisa militante faz parte de uma compreensão epistemológica que diverge da neutralidade científica defendida pelo método positivista. Ao defendermos a validade científica na Geografia Agrária Crítica, apontamos três caminhos teórico-metodológicos para os estudos que partem dessa abordagem: i) rigor teórico-metodológico; ii) diálogo entre diferentes saberes e; iii) compromisso com mudanças sociais concretas.

Abstract

In recent years, militant research has been increasingly adopted as a way of articulating knowledge production with social struggle. In this paper we bring some theoretical and methodological notes on the adoption of militant research in Critical Agrarian Geography. We demonstrate that militant research is part of an epistemological understanding that diverges from the scientific neutrality defended by the positivist method. Defending the scientific validity in Critical Agrarian Geography we point out three theoretical-methodological paths for studies that depart from this approach: i) theoretical-methodological rigor; ii) dialogue between different knowledges and; iii) commitment to concrete social changes.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, a Geografia Agrária brasileira tem produzido trabalhos críticos sobre temas diversos, a exemplo da reforma agrária, estrangeirização de terras, financeirização da agricultura, agroecologia, soberania alimentar, políticas públicas, igualdade de gênero e racial, alimentação, uso e degradação do solo e turismo (VINHA; FERNANDES, 2019). Contudo, existe uma questão que ainda carece de debates mais profundos: qual o potencial desses estudos se concretizarem em ferramentas de transformação social por meio de uma atividade acadêmica articulada a projetos políticos concretos?

¹ Professor do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) – Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG),estevam.coca@unifal-mg.edu.br;

² Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) – Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG),gabriela.xavier@sou.unifal-mg.edu.br;

³ Mestrando Programa de Pós-Graduação em Geografia (PPGEO) – Universidade Federal de Alfenas (Unifal-MG),marcos.bertachi@sou.unifal-mg.edu.br;



Visando contribuir com esse debate, no presente trabalho fazemos uma discussão sobre possíveis interconexões que podem ser estabelecidas entre a Geografia Agrária brasileira e a pesquisa militante.

Partimos do entendimento de que a pesquisa militante se qualifica como “um espaço amplo de produção de conhecimento orientado para a ação transformadora, que articula ativamente pesquisadores e movimentos sociais” (BRINGEL; VARELLA, 2016, p. 275). Ele se desenvolve por meio de um movimento em que militância e pesquisa se retroalimentam. A militância pode trazer novas questões teóricas e a reflexão teórica pode trazer novos impulsos para o trabalho militante (BARTHOL, 2018).

Pensar possíveis caminhos pelos quais pode se dar a articulação entre a Geografia Agrária e a pesquisa militante é ainda mais importante no contexto atual, pois temos presenciado um grande interesse acadêmico, especialmente em universidades latino-americanas, pela discussão epistêmica sobre o trabalho científico comprometido com as mudanças sociais almejadas pelas populações subalternas (JAUMONT; VARELLA, 2016).

Evidentemente, com o trabalho não pretendemos esgotar as possibilidades de materializar a articulação entre a Geografia Agrária e a pesquisa militante, mas apontar algumas possíveis bases teóricas e metodológicas que nos permitam, parafraseando Marx (MARX, 1845 [1982]), não apenas interpretar o campo, mas transformá-lo. Essas bases teóricas e metodológicas consistem no seguinte: rigor na utilização do método, da metodologia e da teoria; convergência entre os saberes acadêmico e popular e objetivos explícitos de integrar a pesquisa acadêmica aos processos de mudança social contra-hegemônicos. Com isso, estamos afirmando que a Geografia Agrária só pode se articular com a pesquisa militante quando ela assume uma perspectiva crítica.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Esse trabalho se qualifica como um ensaio crítico, sendo resultado de esforços teóricos e reflexões sobre nossa prática acadêmica e militante no Sul de Minas Gerais. Isso tem se dado por meio de espaços como disciplinas, grupos de pesquisa, eventos e ações de extensão. Dentre esses, destacamos a participação dos autores no Núcleo de Estudos Trabalho, Agroecologia e Soberania Alimentar (NETASA), da Universidade



Federal de Alfenas (Unifal-MG), onde desenvolvemos atividades de ensino, pesquisa e extensão em parceria com o movimento agroecológico do Sul de Minas Gerais.

Num primeiro momento, realizamos um levantamento bibliográfico sobre os temas Geografia Agrária e pesquisa militante. Foram consultados livros, teses, dissertações e artigos publicados em periódicos acadêmicos e anais de eventos científicos. Esses materiais foram fichados e catalogados por meio do software de referenciamento Zotero.

Após isso, fizemos uma confrontação entre os principais pontos de convergência dessas referências teóricas e nossa própria experiência como docentes, pesquisadores e extensionistas.

Essa confrontação nos possibilitou interpretar a teoria e propor encaminhamentos metodológicos, levando em consideração inquietações como a validade científica da pesquisa militante, as condições para um trabalho acadêmico contribuir com processos de mudança social no campo e as condições para a produção de conhecimento gerada pela convergência entre academia e movimentos camponeses.

QUANDO E COMO A GEOGRAFIA AGRÁRIA ASSUME UMA PERSPECTIVA CRÍTICA

Após décadas de preponderância de um paradigma fragmentário, característico da modernidade industrial e baseado no positivismo (MOREIRA, 2017), no final da década de 1970, a Geografia brasileira passa a desenvolver uma perspectiva crítica sobre seu próprio estatuto científico. Isso faz com que diversos estudos ressaltem o espaço como seu objeto de estudo (e.g. PORTO-GONÇALVES, 1978; SANTOS, 2004). Todavia, nesses casos o espaço não é lido como um a priori (herança kantiana) ou como um receptáculo (herança de Nilton e Descartes), mas como um produto das relações sociais (MOREIRA, 2017).

Sobre a Geografia Agrária brasileira ou Geografia Rural, como nomeia o autor, Gusmão (2006) delimita três fases. Assim, da década de 1940 até meados de 1970, predominaram os estudos rurais que eram baseados em trabalhos de campo, descritivos e voltados para a diferenciação de áreas. Posteriormente, por influência de concepções estrangeiras, há a inserção dos métodos matemáticos-estatísticos e passa-se para o desenvolvimento de uma geografia que visa a inserção de técnicas e modelos agrícolas



utilizadas por geógrafos agrícolas e economistas rurais. Por fim, a partir de 1975, a Geografia Rural passa a ver o espaço como um processo histórico, a partir de uma perspectiva mais abrangente da totalidade da questão agrária. Essa fase, delimitaria a fase dos estudos de desenvolvimento rural.

Como parte disso, a Geografia Agrária passou a ser desenvolvida por meio de uma perspectiva crítica (MARQUES, 2018). Conseqüentemente, os estudos de diferenciação regional e espacial - quase sempre descritivos e classificatórios - passaram a disputar espaço com abordagens que enfatizam os conflitos e contradições do campo (VINHA; FERNANDES, 2019).

No método positivista que imperava até então (seja o positivismo “tradicional” ou o “neopositivismo”) existe a concepção de que o pesquisador (a) deve ser “imparcial” em relação ao objeto de pesquisa. Acredita-se numa ciência politicamente neutra e objetiva. Dentre os limites dessa abordagem consta a possibilidade de se interpretar o desenvolvimento do campo apenas pela perspectiva capitalista, sem considerar a diversidade de relações sociais geradas, dentre outros, pelos indígenas e camponeses (FELÍCIO, 2011).

Com a renovação crítica da Geografia e, especialmente, porém, não exclusivamente, a adoção do método materialismo-histórico-dialético⁴, os estudos em Geografia Agrária passam a se orientar também pela práxis e a subversão. Com isso, ganha espaço uma Geografia que reflete as tensões da sociedade onde ela é produzida, dando aos geógrafos a possibilidade de articular a produção científica com projetos políticos concretos, a exemplo dos que são defendidos por movimentos camponeses (FERNANDES, 2001).

Um dos principais marcos da Geografia Agrária Crítica (MARQUES, 2018) é a realização do Simpósio Internacional de Geografia Agrária (SINGA), que teve sua primeira edição no ano de 1997, no Laboratório de Geografia Agrária, da Universidade de São Paulo (USP). Desde então, o SINGA teve outras oito edições, se consolidado como um espaço de debate que congrega pesquisadores e movimentos camponeses que se opõem ao entendimento de que o capitalismo se expande de modo homogêneo no espaço rural (VINHA; FERNANDES, 2019).

⁴ Sobre as correntes filosóficas que produziram a renovação da Geografia brasileira, há de se ressaltar que há marxistas, há quem passe se apoiem parcialmente no marxismo e há mesmo antimarxistas (MOREIRA, 201(BORRAS JR, 2016; EDELMAN, 2009; EDELMAN; WOLFORD, 2017; ROUTLEDGE; DERICKSON, 2015)1).



De modo resumido, constata-se que baseados em variadas concepções políticas e filosóficas, estudos críticos sobre o campo e a cidade têm disputado espaço com leituras descritivas que se pretendem objetivas na Geografia brasileira. Eles demonstram, dentre outros, que a neutralidade científica é, na verdade, uma estratégia de dominação de uma visão de mundo (BARTHOL, 2018). Com isso, a neutralidade científica nega os conflitos entre as classes sociais, mantém o *status quo* e não valoriza a diversidade de relações sociais, modos de vida e produção, saberes e cosmologias.

Na próxima seção trazemos alguns apontamentos sobre como essa Geografia Agrária Crítica pode ir da constatação sobre as tensões que marcam o campo brasileiro para se articular a projetos políticos concretos que visam mudanças sociais com viés progressista.

POSSÍVEIS CAMINHOS NA ARTICULAÇÃO ENTRE A GEOGRAFIA AGRÁRIA CRÍTICA E A PESQUISA MILITANTE

Nos últimos anos, a literatura internacional tem sido marcada por um considerável número de trabalhos que visam refletir criticamente sobre a relação entre a produção acadêmica e o engajamento com as lutas sociais do campo (e.g. BORRAS JR, 2016; EDELMAN, 2009; EDELMAN; WOLFORD, 2017; ROUTLEDGE; DERICKSON, 2015). Nesse contexto, a pesquisa militante aparece como um dos caminhos para a produção de estudos críticos sobre as mudanças agrárias.

Fazendo um diálogo com a leitura de Borras Jr (2016) sobre os ativistas acadêmicos agrários, entendemos que a pesquisa militante se dá quando os intelectuais que estudam o campo buscam não apenas entender os processos sociais, mas transformá-los de acordo com os princípios da justiça e da equidade. Em outros termos, os pesquisadores militantes buscam direcionar sua atividade acadêmica para a alteração na correlação de forças e nos padrões hegemônicos de desenvolvimento, por isso estão assentados numa postura radical (FALS BORDA, 1979).

A pesquisa militante, abrangendo a práxis e visando romper o “latifúndio de ideias” se consolida enquanto instrumento para formação e/ou fortalecimento de espaços auto organizados, em consonância e coletividade com movimentos socioespaciais e socioterritoriais.



Assim, podemos constatar três tipos de pesquisadores militantes: i) aqueles que estão vinculados a uma instituição de ensino de modo formal, a exemplo de docentes e discentes; ii) aqueles que fazem parte de algum órgão de pesquisa independente e; iii) aqueles que integram movimentos agrários (BORRAS JR, 2016).

Considerando que nem todo trabalho desenvolvido na Geografia Agrária Crítica se constitui como uma pesquisa militante, trazemos alguns apontamentos sobre como pode se dar essa articulação.

Rigor na utilização do método, da metodologia e da teoria

Até mesmo como forma de se situar de modo ativo no debate com a suposta neutralidade científica do positivismo, é fundamental que o trabalho de pesquisa militante seja desenvolvido com elevado rigor científico (BORRAS JR, 2016; FERNANDES, 2001). Isso exige que as definições de método, metodologia e teoria sejam coerentes com os propósitos do pesquisador e das comunidades que integram os estudos.

Entendemos que pela própria trajetória que marcou a renovação da Geografia brasileira, a Geografia Agrária Crítica se desenvolve principalmente pelo método do materialismo histórico-dialético (MARQUES, 2018). Contudo, outras abordagens também têm ganhado destaque, a exemplo dos estudos decoloniais (PORTO-GONÇALVES, 2015).

Independentemente da leitura epistemológica, os métodos que embasam a pesquisa militante precisam enfatizar a diversidade das relações sociais e buscar superar a trajetória uniaxial e linear do desenvolvimento apresentada pelo positivismo.

Um bom exemplo pode ser encontrado nas discussões que autores como Vinha e Fernandes (2019), Camacho (2014), Felício (2011) e outros, têm feito sobre o debate paradigmático em estudos sobre o espaço rural. No Paradigma do Capitalismo Agrário (PCA) não existe outra perspectiva de desenvolvimento para além do capitalismo, com isso, a superação (destruição) da agricultura camponesa é uma tendência. No Paradigma da Questão Agrária (PQA), ao contrário, trabalha-se com a compreensão de que, mesmo sendo hegemônico, de modo contraditório e desigual, o capitalismo possibilita a criação e recriação do campesinato.

Essa diferenciação nos ajuda a entender que em estudos embasados pelo PCA é impossível existir uma pesquisa militante que esteja ancorada no objetivo de mudanças



na correlação de forças no campo. Pelo contrário, ao invés de caminhar lado a lado com o campesinato, é prevista sua eliminação.

Por esse motivo, o rigor e coerência na escolha do método, da teoria e da metodologia é condição *sine qua non* para que a pesquisa militante tenha fundamentação científica e rebatimentos políticos.

Convergência entre os saberes acadêmico e popular

Outro apontamento sobre as pesquisas militantes em Geografia Agrária é a necessária convergência entre os saberes acadêmico e popular. Isso se dá num tensionamento entre as expectativas de acadêmicos e camponeses (EDELMAN, 2009) e na compreensão de que a pesquisa pode ser desenvolvida em múltiplos espaços e por diferentes sujeitos, não estando restrita aos limites formais da academia (ILLES et al., 2020).

No final da década de 1970, Freire (FREIRE, 2014) já chamava a atenção para os perigos de os acadêmicos se colocarem perante as comunidades camponesas com concepções de intervenção já elaboradas, como se fossem dotados de um saber superior. O que o autor propõe é que isso se dê não como uma “extensão” do saber acadêmico para o campo, mas como uma “comunicação”. Assim, o conhecimento não será abordado de modo hierárquico, mas como resultado de interações.

A própria Via Campesina, principal coalizão de movimentos camponeses do globo, tem destacado que a construção de alternativas à globalização neoliberal deve se dar por meio do “diálogo de saberes” (MARTÍNEZ-TORRES; ROSSET, 2014). Assim, além de superar o latifúndio do campo, também é vital transpor o latifúndio das ideias, onde apenas o padrão modernizante prevalece.

Em suma, o que temos aprendido na busca pela construção desse “diálogo de saberes”, é que não apenas na definição dos temas e propósitos dos projetos de pesquisa e extensão, as comunidades camponesas devem participar. Isso deve ocorrer durante todas as etapas, com avaliações constantes, a fim de que a transformação social não seja aquela almejada pela equipe acadêmica, mas a que faz parte de um projeto político mais amplo.



Objetivos explícitos de integrar a pesquisa acadêmica aos processos de mudança social contra-hegemônicos

O fim de toda a pesquisa militante deve ser a transformação social (BARTHOL, 2018; FALS BORDA, 1979). Nem toda a pesquisa desenvolvida na academia tem essa finalidade e muitas, mesmo possuindo a intenção de gerar resultados práticos, acabam fazendo-o de modo vertical.

Moreira (1982) destaca que a Geografia deve servir para desvendar as máscaras sociais. No caso da pesquisa militante praticada pela Geografia Agrária Crítica, acreditamos que é preciso ir além, de modo que também sejam criadas condições para que as máscaras sociais sejam destruídas e em seu lugar ocorra a emergência de uma sociedade mais justa, equitativa e igualitária.

Vale ressaltar que se até um período recente, a principal demanda dos movimentos agrários era a reforma agrária, os objetivos hoje são mais amplos. Além do acesso à terra, fazem parte das bandeiras de luta dos movimentos agrários temas como as políticas alimentares, as mudanças climáticas e a Educação do Campo. Cabe aos geógrafos que seguem os princípios da pesquisa militante acompanhar essas mudanças e direcionar sua atividade acadêmica para sua concretização.

A VALIDADE CIENTÍFICA DA PESQUISA MILITANTE EM GEOGRAFIA AGRÁRIA CRÍTICA

Nessa seção nos baseamos na caracterização e proposições anteriores para debater a relação entre a pesquisa militante em Geografia Agrária e a validade científica.

A adoção da pesquisa militante na Geografia Agrária Crítica, assim como em outras áreas do conhecimento, pode ser questionada por pesquisadores e acadêmicos que optam por outras abordagens teórico-metodológicas. Dentre outros, motiva esse questionamento a adjetivação de uma pesquisa como “militante”. Como descrito neste artigo, a pesquisa que se propõe militante visa a transformação de uma dada realidade presente no contexto agrário brasileiro em consonância com as ações e elaborações dos movimentos socioterritoriais do campo, buscando objetivos similares e comuns, respaldada no rigor acadêmico e científico. Contudo, o conceito de pesquisa militante pode ser visto com certo receio, por justamente colocar em questão o debate da pretensão



de uma *neutralidade* do conhecimento, principalmente no que tange ao campo das ciências humanas e sociais.

Neste aspecto, os estudos em Geografia Agrária Crítica e pesquisa militante, que se pautam pelo método do materialismo-histórico-dialético, devem enfrentar esse debate colocando a questão da neutralidade científica em pauta.

O professor José Paulo Netto (2011), referência nos estudos marxianos no Brasil, refletindo sobre a relação “objetividade” e/ou “neutralidade” e a perspectiva pesquisador/objeto, aponta que o nosso objeto de estudo está inserido na sociedade e possui uma existência, independente da consciência e vontade do pesquisador. Partindo da referência de Marx, os estudos se dirigem para a sociedade (burguesa), produzida pela ação recíproca de homens e mulheres (NETTO, 2011) mediado e atravessado de determinações e contradições:

Isto significa que a relação sujeito/objeto no processo do conhecimento teórico não é uma relação de externalidade, tal como se dá, por exemplo, na citologia ou na física; antes, é uma relação em que o sujeito está implicado no objeto. Por isso mesmo, a pesquisa - e a teoria que dela resulta - da sociedade exclui qualquer pretensão de “neutralidade”, geralmente identificada com “objetividade” [...]. Entretanto, essas características não excluem a *objetividade* do conhecimento teórico: a teoria tem uma instância de verificação de sua *verdade*, instância que é a *prática social e histórica* (NETTO, 2011, p. 23);

Nesse sentido, Frigotto (2014), realiza uma crítica às formas de conhecimento produzido na sociedade capitalista com pretensões de neutralidade, mas que acabam por não desvelar a ordem societária injusta, muitas vezes as reforçando, inclusive:

Um segundo aspecto é de que os processos de conhecimento nas sociedades cindidas em classes sociais não são neutros, fazem parte da luta de classes. As visões idealistas, racionalistas, empiricistas e funcionalistas interessam à classe detentora do capital, pois essas concepções de realidade social e os métodos de abordá-la naturalizam a sociedade capitalista e não revelam sua natureza fundada na exploração e na alienação. Em contrapartida, o método dialético materialista histórico busca as determinações que produzem a realidade humana em todas as suas dimensões (FRIGOTTO, 2014, p. 131).

Fernandes (2001), refletindo seu trabalho de pesquisa de décadas vinculado aos movimentos socioespaciais e socioterritoriais camponeses, notadamente o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), também aborda, entre outros temas, essa problemática. “De fato, a ciência não é neutra. Os pesquisadores que defendem a neutralidade científica fazem por ingenuidade ou má-fé. A ciência não paira acima da



realidade” (FERNANDES, 2001, p. 15). Assim, pesquisadores assumem posições, vinculam-se a organizações, alguns a entidades patronais outros aos movimentos das classes subalternas. “Dessa forma, alguns cientistas têm compromissos com uma ou mais instituições, com as pessoas por elas representadas, com os conhecimentos produzidos nessas relações e se assumem como militantes” (FERNANDES, 2001, p. 16). Portanto, o pesquisador que admite uma postura perante a realidade, define compromissos com organizações da classe trabalhadora e as pessoas nelas representadas, vincula-se a um projeto que aponte para a transformação social e coloca-se como um pesquisador militante:

Os pesquisadores militam por opção. Essa é uma condição da política: a liberdade. O que torna um pesquisador militante é seu compromisso e/ou identificação com determinadas organizações, com definidas visões de mundo. Essa condição aproxima ainda mais a universidade da sociedade, dos seus inúmeros problemas. Para o pesquisador-militante, a ciência tem como significado a perspectiva da transformação das realidades estudadas, bem como da sociedade. Desse modo, há um intenso compromisso com as pessoas que são os sujeitos de seu objeto de pesquisa, o que também contribui - e muito - com o desenvolvimento da ciência. (FERNANDES, 2001, p. 17)

Essas questões nos levam a refletir sobre o papel da ciência, da pesquisa em Geografia Agrária e da própria universidade, na produção de conhecimento a serviço da sociedade. Em outros termos, o próprio propósito de mudança social é parte da validade científica da pesquisa militante desenvolvida na Geografia Agrária Crítica.

Os contornos que apresentam a Questão Agrária brasileira atualmente e o grau de avanço das relações do capital na agricultura, colocam modelos de desenvolvimento para o campo em contradição e confrontos. As visões de mundo que sustentam determinados modelos, fazem avançar o conhecimento e as pesquisas, seja para o agronegócio ou em benefício da agricultura camponesa, são realizadas em grande medida, dentro de universidades e institutos de pesquisa. Por isso, ao discutir a validade científica da pesquisa militante na Geografia Agrária Crítica, também devemos ponderar o papel do próprio pesquisador, especialmente como ele se posiciona perante os processos de luta social.

Nesta direção, retomamos as contribuições do pensador italiano Antonio Gramsci (1891-1937) sobre o papel dos “intelectuais” na organização da cultura, na validação e construção de hegemonia de classe, nas visões que difundem valores que atravessam a sociedade, apontamentos que pensamos ser importantes para compreensão do papel do



pesquisador militante como um intelectual, vinculado organicamente as causas populares. Em um estudo sistemático do Caderno 12, onde Gramsci desenvolve reflexões acerca do papel dos intelectuais, Semeraro (2021) apresenta uma síntese das conclusões de Gramsci, através de estudos sobre algumas realidades concretas, como o caso da Itália de seu período, que pode ser elucidativa do que queremos apontar:

A análise dessa realidade histórica concreta confirma o critério de pesquisa histórico-política [...] e mostra efetivamente que “não existe uma classe independente de intelectuais” que pairam acima das vicissitudes sociopolíticas, mas, trata-se sempre de personagens inseridos em determinados contextos históricos e organicamente vinculados aos interesses de grupos específicos no jogo da força que atuam na sociedade. (SEMERARO, 2021, p. 110)

Como destacamos, o atual período histórico representado por uma crise estrutural do capital e seus impactos na agricultura e natureza, exige a formação de pesquisadores militantes na Geografia Agrária Crítica, que ajudem a compreender esses fenômenos e atuem como intelectuais orgânicos de um outro projeto de sociedade. Caldart (2014), refletindo sobre a relação entre movimentos sociais e as pesquisas, descreve alguns pressupostos que devem nortear os estudos comprometidos com a justiça social, entre esses pressupostos está a formação de “intelectuais orgânicos” que contribuam na disputa e construção de hegemonia:

[...] o momento histórico em que vivemos diminui o espaço dos “intelectuais tradicionais” e pressiona a formação de “intelectuais orgânicos” (Gramsci) das classes fundamentais em confronto. Momentos de crise estrutural do modo de produção, como que atravessamos, acirram a disputa de hegemonia. Aqui nos colocamos no âmbito de reflexão sobre os desafios atuais de formação do intelectual orgânico da classe trabalhadora ou, na contradição fundamental entre capital e trabalho, o que se vincula explicita e conscientemente ao polo do trabalho. (CALDART, 2014, p. 139)

Um outro aspecto desse debate, que o pesquisador militante deve levar em consideração durante seus estudos, principalmente os vinculados aos movimentos sociais, refere-se a reflexão em desenvolvimento, desses movimentos como “intelectuais coletivos de classe” (CALDART, 2014).

Em outras palavras, os movimentos sociais possuem elaborações estratégicas, constroem programas e análises da realidade, colocam-se como interlocutores no debate público, realizam cursos de formação política de suas bases, disputam espaço nas políticas públicas.



Conforme as indicações de Leher e Motta (2012), os movimentos sociais atuam como *intelectuais coletivos de classe*, quando apresentam uma perspectiva de superação da ordem, organizam e dirigem uma nova cultura coletivamente, buscando uma consciência de “classe para si” e destacam:

As experiências dos movimentos sociais latino-americanos, como os zapatistas, a Coordenação Nacional dos Povos Indígenas do Equador e o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra do Brasil, que vem construindo espaços formativos próprios, capazes de assegurar formação de seus próprios intelectuais, indicam que a formação dos intelectuais coletivos dos trabalhadores está em movimento. (LEHER; MOTTA, 2012, p. 430)

Em suma, a pesquisa militante é uma expressão concreta da luta de classes e de articulação entre sujeito, objeto, recorte espacial, espacialidade/territorialidade e o(a) próprio(a) pesquisador(a). Sua validade científica vai no sentido de colocar em evidência os propósitos de mudança social defendidos por coletivos como movimentos socioterritoriais e Organizações Não-Governamentais.

Considerações finais

Neste trabalho trouxemos alguns apontamentos sobre a relação entre a Geografia Agrária Crítica e a pesquisa militante. Destacamos que o rigor metodológico e teórico, o diálogo de saberes e o vínculo com projetos políticos concretos são condições para que essa articulação possa ocorrer.

Com isso, o trabalho apresentou como principal contribuição não apenas pontuar caminhos sobre o desenvolvimento da pesquisa militante na Geografia Agrária Crítica, mas um debate que também ressalta sua validade científica.

Cientes de que esse texto não esgota o debate, acreditamos que essa é uma contribuição para os crescentes debates que têm sido feitos sobre a pesquisa militante na América Latina atualmente.

REFERÊNCIAS

BARTHOL, T. **Por uma Geografia em movimento. A ciência como ferramenta de luta**. Rio de Janeiro: Consequência, 2018.



- BORRAS JR, S. M. **Land politics, agrarian movements and scholar-activism.** Inaugural Lecture. **Anais...**The Hague: Institute of Social Studies (ISS) The Hague, The Netherlands, 2016.
- BRINGEL, B.; VARELLA, R. V. S. A pesquisa militante na América Latina hoje: reflexões sobre as desigualdades e as possibilidades de produção de conhecimentos. **Revista Digital de Direito Administrativo**, v. 3, n. 3, p. 474–489, 18 ago. 2016.
- CALDART, R. S. Reforma Agrária Popular e Pesquisa: Desafios de Conteúdo e Forma da Produção Científica. In: **MST: Universidade e Pesquisa**. CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo ed. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 137–169.
- CAMACHO, R. S. **Paradigmas em disputa na educação do campo**. 2014. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2014.
- EDELMAN, M. Synergies and tensions between rural social movements and professional researchers. **The Journal of Peasant Studies**, v. 36, n. 1, p. 245–265, 2009.
- EDELMAN, M.; WOLFORD, W. Introduction: Critical Agrarian Studies in Theory and Practice: Symposium: Agrarianism in Theory and Practice Organisers: Jennifer Baka, Aaron Jakes, Greta Marchesi and Sara Safransky. **Antipode**, v. 49, n. 4, p. 959–976, 2017.
- FALS BORDA, O. **El problema de cómo investigar la realidad para transformarla**. Bogotá: Tercer Mundo, 1979.
- FELÍCIO, M. J. **Contribuição ao debate paradigmático da questão agrária e do capitalismo agrário**. 2011. Tese (Doutorado em Geografia). Presidente Prudente: Universidade Estadual Paulista (Unesp), 2011.
- FERNANDES, B. M. **Questão agrária, pesquisa e MST**. São Paulo: Cortez Editora, 2001.
- FREIRE, P. **Extensão ou comunicação?** Rio de Janeiro: Editora Paz e Terra, 2014.
- FRIGOTTO, G. A cientificidade do conhecimento e os processos coletivos de transformação da realidade social. In: CALDART, Roseli Salete; ALENTEJANO, Paulo (Orgs.). **MST: Universidade e Pesquisa**. São Paulo: Expressão Popular, 2014. p. 109–135.
- GUSMÃO, R. P. Os estudos de Geografia Rural no Brasil: revisão e tendências. **Campo-Território: Revista de Geografia Agrária**, v. 1, n. 2, p. 3–11, 2006.
- ILLES, A. et al. **Can Radical Researchers Get Their Act Together?** Disponível em: <https://foodfirst.org/publication/can-radical-researchers-get-their-act-together/>. Acesso em: 3 jun. 2020.



- JAUMONT, J.; VARELLA, R. V. S. A Pesquisa Militante na América Latina: trajetória, caminhos e possibilidades. **Revista Direito e Práxis**, v. 7, n. 13, p. 414–464, 2016.
- LEHER, R.; MOTTA, V. C. Intelectuais Coletivos de Classe. In: CALDART, R. S., PEREIRA, I. B., ALENTEJANO, P. e FRIGOTTO, G. (Orgs.). **Dicionário de Educação do Campo**. Rio de Janeiro/São Paulo: EPSJF/Expressão Popular, 2012. p. 424–430.
- MARQUES, M. I. M. Geografia agrária crítica: um pouco de história. **GEOUSP: Espaço E Tempo (Online)**, v. 22, n. 3, 2018.
- MARTÍNEZ-TORRES, M. E.; ROSSET, P. M. Diálogo de saberes in La Vía Campesina: food sovereignty and agroecology. **Journal of Peasant Studies**, v. 41, n. 6, p. 979–997, 2014.
- MARX, K. **Teses sobre Feuerbach**. Lisboa: Avante, 1845 [1982].
- MOREIRA, R. **Geografia, teoria e crítica: o saber posto em questão**. São Paulo: Vozes, 1982.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço geográfico**. São Paulo: Editora Contexto, 2011.
- MOREIRA, R. **Para onde vai o pensamento geográfico? Por uma epistemologia crítica**. São Paulo: Editora Contexto, 2017.
- NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do Método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. A geografia está em crise. Viva a geografia! **Boletim Paulista de Geografia**, n. 55, p. 5–30, 1978.
- PORTO-GONÇALVES, C. W. Pela vida, pela dignidade e pelo território: um novo léxico teórico político desde as lutas sociais na América Latina/Abya Yala/Quilombola. **Polis. Revista Latinoamericana**, n. 41, 2015.
- ROUTLEDGE, P.; DERICKSON, K. D. Situated solidarities and the practice of scholar-activism. **Environment and Planning D: Society and Space**, v. 33, n. 3, p. 391–407, 1 jun. 2015.
- SANTOS, M. **Por uma geografia nova. da crítica da geografia a uma geografia crítica**. São Paulo: EdUSP, 2004.
- SEMERARO, G. **Intelectuais, educação e escola: um estudo do caderno 12 de Antonio Gramsci**. São Paulo: Expressão Popular, 2021.
- VINHA, J. F. DE S. C.; FERNANDES, B. M. Territórios paradigmáticos na construção do pensamento geográfico agrário brasileiro. **Terra Livre**, v. 1, n. 52, p. 163–189, 2019.